

Editorial

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF) apresenta o seu segundo número do sexto volume. Nesta edição, prosseguimos com o objetivo de discutir criticamente temas que sejam do interesse e de relevância nacional, impactando a atuação defensorial e o próprio fazer justiça no cenário pátrio e internacional.

Neste número, os artigos tocam eixos de atuação relevantíssimos para a produção acadêmica voltada para o acesso à justiça e a própria atuação defensorial. Assim, discutem-se temáticas relativas à inclusão, representatividade e igualdade no acesso à justiça, bem como da função institucional da Defensoria Pública e, não menos importante, a dimensão normativa e crítica dos direitos. O campo jurídico contemporâneo, assim, é retratado e moldado a partir dessas diversas lentes e configurações.

Em *Labour relations in law enforcement agencies on the example of the prosecutor's office: a comparative analysis of Ukraine and other countries*, Oleksandr Horban, Kateryna Horbachova, Valentyna Nezhevelo, Yuliia Rud e Nataliia Petrova, a partir de uma abordagem comparativa, aprecia as relações de trabalho entabuladas pelo Ministério Público da Ucrânia e outras experiências internacionais, relacionadas ao fazer de segurança pública.

Weider Tapia Pires e Renato Duro Dias discutem, em *A representatividade LGBT na política e o direito eleitoral como instrumento de inclusão social*, a sub-representatividade de gênero e como instrumentalizar mecanismos para a tutela de vozes dissidentes a partir dos pleitos eleitorais.

No artigo *Impactos de arranjos institucionais e práticas restritivas no acolhimento de imigrantes no Brasil*, André Pereira Crespo e Bruno Amaral Machado se voltam para a temática migratória e as possibilidades estatais de atuação diante dessas populações vulnerabilizadas.

A gestão feminina e impactos na paridade de gênero no âmbito do Poder Judiciário são investigadas em *A influência da liderança feminina em ações do CNJ para impulsionar a presença de mulheres no Poder Judiciário - seria Rosa o conselho de Weber?*, de Janaina Berno Lopes Werneck Lima e Tayanna Chaves Lago.

Com a finalidade de apreciar as possibilidades de intervenção em prol das vítimas pela Defensoria Pública, Tiago Kalkmann, em *A assistência qualificada de vítimas e a propositura de ações penais privadas ou subsidiárias da pública pela Defensoria Pública*, delinea os limites constitucionais, aparatos legais e a imprescindível cautela para evitar a ampliação desmedida do poder punitivo estatal.

Em *A posse como direito temporalmente prevalente à propriedade: a proteção possessória pela defensoria pública e o seu fundamento constitucional*, Gustavo Abdalla e Pedro Bruzzi Ribeiro Cardoso argumentam a respeito do fator tempo na questão da propriedade, especialmente em contextos de litigiosidade fundiária coletiva, extrapolando-se a relevância da intervenção defensorial como *custos vulnerabilis*.

E, como último artigo deste número, é a contribuição de Eraldo Silveira Filho, a partir de uma genealogia do constitucionalismo e sua correlação ao devido processo legal e à delimitação do poder, em *O constitucionalismo como método e as garantias processuais como metodologia: a efetivação do devido processo legal*.

Na seção Teses e Dissertações elaboradas no âmbito da DPDF, apresentamos o resumo da dissertação de Rodrigo Duzsinski, intitulada “A criação da central de regulação de moradia emergencial como instrumento de otimização da política pública habitacional do Distrito Federal”.

Os textos que integram esta edição evidenciam não apenas a diversidade temática que marca o campo jurídico contemporâneo, mas também a convergência em torno de um propósito comum: refletir criticamente sobre os mecanismos de justiça, especialmente na perspectiva de sua acessibilidade e efetividade para os grupos historicamente vulnerabilizados. Em distintos enfoques — da política institucional à atuação penal, da proteção fundiária à formulação de políticas

públicas — os artigos apontam caminhos para a renovação teórica e prática do direito, tensionando seus limites e propondo alternativas orientadas pela dignidade humana, pela equidade e pela transformação social. A Defensoria Pública, nesse contexto, figura tanto como objeto quanto como sujeito dessas reflexões, reafirmando seu papel estratégico na democratização do sistema de justiça.

Ao reunir investigações que dialogam com as dimensões operacionais, estruturais e conceituais do acesso à justiça, esta edição da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal reafirma seu compromisso com uma produção acadêmica comprometida, plural e atenta aos desafios do presente. Esperamos que os textos aqui apresentados contribuam para ampliar horizontes, fomentar debates e inspirar práticas jurídicas mais inclusivas, críticas e comprometidas com os fundamentos de um Estado Democrático de Direito.

Boa leitura.

Alberto Carvalho Amaral

Editor-chefe

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal